



# XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

---

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

---

(RE) ESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA E SOCIOESPACIAL DE JUIZ DE FORA-MG: EM BUSCA DA FLUIDEZ OU SOLIDEZ?

**Andreia de Souza Ribeiro Rodrigues** (UFMG) - [andreasrodrigues@hotmail.com](mailto:andreasrodrigues@hotmail.com)

*Andréia de Souza Ribeiro RODRIGUES. Profª de Geografia do Colégio de Aplicação João XXIII/ UFJF, doutoranda em Geografia pelo IGC/UFMG. Bolsista da FAPEMIG*

## **(Re) Estruturação Econômica e Socioespacial de Juiz de Fora- MG: em Busca da *Fluidez* ou *Solidez*?**

---

### **Resumo**

O presente artigo busca investigar as recentes transformações econômicas e socioespaciais no município de Juiz de Fora /MG, especialmente no que tange à tentativa de reassumir e reforçar sua importância na região da zona da mata de Minas Gerais e na rede urbana brasileira. Em um cenário de forte competitividade entre as cidades – “guerra dos lugares” - destaca-se o processo de modernização de sua logística e desenvolvimento e aprimoramento da sua capacidade de modernização tecnológica, de modo a atrair novos investimentos. Esse processo absorve um volume crescente de verbas públicas e domina o processo de planejamento urbano e regional. Por outro lado, se reflete espacialmente de modo seletivo e diferenciado, fragmentando o tecido urbano local e favorecendo o aumento das desigualdades econômicas e sociais, já que somente uma parcela da sociedade local irá se beneficiar dessas “transformações”.

## Introdução

Buscamos, neste trabalho, fazer uma breve análise do processo de construção da atual dinâmica socioeconômica e espacial de Juiz de Fora. Nesse sentido, consideramos de suma importância para o entendimento da realidade a incorporação de fatos, ações e processos que marcaram o seu passado, bem como o seu presente, nos propiciando um “novo olhar” sobre ela, marcada enquanto construção humana e acumulação de tempos.

Não significa, de modo algum, simplesmente explicar o presente pelo passado, mas como ele colaborou para nossas reflexões acerca do real e interferiu sobre os desafios atuais a serem enfrentados pela sociedade. Por isso, nas palavras de Carlos (2004), cada espaço se interliga a uma totalidade que se autoconstrói ao longo da história e cujas especificidades estão entrecruzadas através dos tempos diferenciados.

Para Santos (1996, p. 127):

O entendimento dos lugares, em sua situação atual e em sua evolução, depende da consideração do eixo das sucessões e do eixo das coexistências. [...] cada ação se dá segundo o seu tempo; as diversas ações se dão conjuntamente. Objetivos particulares, que são individuais, funcionalmente perceptíveis, fundem-se num objetivo comum, mas dificilmente discernível. A vida social, nas suas diferenças e hierarquias, dá-se segundo tempos diversos que se casam e anastomosam, entrelaçados no chamado viver comum.

De modo geral, podemos dizer que os centros urbanos brasileiros até a 2ª Guerra Mundial, apresentavam limitado grau de diversificação funcional, quadro este que foi profundamente alterado: pelo processo de industrialização, melhoria nas redes de circulação, pelos novos meios de comunicação, pela atuação do Estado, do grande capital e estratificação social mais complexa, que promoveram modificações nos níveis de demanda diferenciados, favorecendo uma maior complexificação funcional dos centros urbanos do país. (CORRÊA, 2001, p. 99) Acrescenta-se a esses processos a intensa urbanização vivenciada pelo Brasil nas últimas décadas e que pode ser sintetizada no texto que compôs o Curso de Gestão Urbana e Municipal, promovido pela ESAF, WBI, IPEA, CEF (1999):

Nas duas últimas décadas o processo de urbanização no Brasil manteve-se acelerado e apresentou situações de grande diversidade e heterogeneidade no território nacional destacando-se, entre outros aspectos, os que se seguem: interiorização do fenômeno urbano; acelerada urbanização das áreas de fronteira econômica; crescimento das cidades médias; periferação dos centros urbanos; formação e consolidação de aglomerações urbanas de caráter metropolitano e não-metropolitano. Tais manifestações do processo de urbanização resultam do processo de reestruturação econômica em curso no país, cujos impactos se fizeram sentir, sobretudo, na estrutura do emprego urbano e na dinâmica migratória. (MOTTA e AJARA, 1999).

Segundo Soja (1993, p.194), esse tão alardeado processo de reestruturação econômica que cidades e países têm experimentado não é um processo mecânico e automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados. A reestruturação implica “fluxo e transição, posturas ofensivas e defensivas, e uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança”.

Para Becker (1991) o que o Brasil vivenciou nas últimas décadas foi um processo denominado de “*modernização conservadora*” que criou espaços tecnicamente homogêneos, facilitando a interação entre lugares e tempos, mas também um espaço fragmentado porque a apropriação do território e a alocação de recursos se deram de maneira fortemente seletiva.

Na interação histórica de tendências opostas de homogeneização/diferenciação do espaço, passa-se a privilegiar a diferenciação, sem que a primeira desapareça. Frente às múltiplas pressões e tendência a uma economia flexível, acirra-se a competição espacial e flexibiliza-se a gestão do território. Daí a necessidade de um novo Estado, também flexível. Nesse sentido, Becker (1991) acredita que diversos aspectos convergem para a percepção de que os efeitos diretos da interação de fatores ecológicos, sociais, políticos e econômicos de escala local culminam por representar elementos regulatórios e inovadores para o desenvolvimento global.

Nesse sentido, Preteceille (1994) infere, ao abordar divergências teóricas quanto ao papel do Estado, que a teoria centrada nas atividades financeiras entende que no processo de globalização o mercado privado supera o Estado que diminui de importância. Entretanto, o autor nos indaga se é possível imaginar um novo regime de acumulação estável que dispense o trabalho do Estado na regulação das relações sociais e na estruturação dos processos de reprodução social, especialmente quando se considera que a globalização é um processo de tensão, inacabada e sempre em contradição?

Ao apontar tendências com impactos espacializantes cada vez mais perceptíveis a partir da década de 80, Soja (1993, p. 224) chama a atenção para uma integração mais

tecnologizada de diversas atividades industriais, de pesquisa e de serviços que realoca capital e trabalho em sistemas espaciais de produção alargados. Para ele, mais do que nunca, o alcance espacial desses sistemas de produção globalizou-se e passou a desempenhar um poderoso efeito de urbanização. Avalia ainda que a acelerada mobilidade geográfica do capital deflagrou e intensificou uma concorrência por investimentos e capitais. Para o autor, essa “guerra dos lugares” nas palavras de Milton Santos(1996), absorve um volume crescente de verbas públicas e domina o processo de planejamento urbano e regional.

Esses e outros processos predominantes de reestruturação injetaram uma equivocidade peculiar de paisagem geográfica mutante, uma combinação de opostos que desafia a simples generalização categórica. Nunca, em época anterior, a espacialidade da cidade capitalista industrial ou o mosaico do desenvolvimento regional desigual tornaram-se tão caleidoscópicos, tão soltos de suas amarras do século XIX, tão cheios de contradições inquietantes. (SOJA, 1993, p. 227)

A mutação das práticas econômicas, culturais, ideológicas e científicas a partir da década de 1970 - particularmente a relação entre a modernidade e “pós-modernidade” e a transição do fordismo para o regime de “acumulação flexível”- impõe, simultaneamente, uma mudança qualitativa em nossas concepções de espaço e de tempo. (HARVEY,1992)

Provavelmente seja por isso que Bauman (2001, p.9) considera *fluidez* ou *liquidez* como “metáforas adequadas quando queremos captar a natureza da presente fase, nova de muitas maneiras, na história da modernidade.”

### **Juiz de Fora na “guerra dos lugares”: busca por *fluidez* ou *solidez*?**

A abertura econômica proporcionada pelas transformações do capitalismo contemporâneo, em curso desde a década de 70, deixou patente aos agentes econômicos a necessidade de contar com uma cidade competitiva, isto é, atraente e funcional. É de se destacar nesse novo contexto, a centralidade adquirida por questões como “competitividade” e “atratividade”, ratificando a supremacia que a matriz econômica exerce no atual contexto.

Nesse sentido, Harvey (1996) deu especial destaque às negociações freqüentemente estabelecidas entre o capital financeiro internacional e os poderes locais, que tudo fazem para maximizar a atratividade local, de modo a atrair investimentos e, assim, obter ganhos políticos e econômicos, contribuindo, dessa forma para o pleno desenvolvimento da dinâmica capitalista atual. Becker (1991) corrobora com Harvey ao afirmar que as grandes corporações procuram romper os limites territoriais dos Estados -

Nação em favor de lugares e posições privilegiados, negociando diretamente com frações locais e regionais, cujos interesses nem sempre coincidem com metas nacionais.

Harvey (1996) acrescenta ainda que os recursos públicos, em sua maioria, são voltados para estratégias que facilitam a instalação de fluxos do capital, deixando de interferir nas áreas mais pobres da cidade. O poder público municipal deixa de elaborar planos urbanos mais abrangentes que privilegiam a ampliação de políticas públicas, passando a administrar intervenções seletivas do capital no território.

Assim, assistimos a fortes mudanças nos padrões de produção e consumo, em razão do redimensionamento das atividades empresariais em suas múltiplas instâncias: econômicas, sociais e espaciais, daí o aumento da importância do papel que as cidades médias vêm desempenhando atualmente na rede urbana brasileira.

Nesse contexto, podemos afirmar que, embora ainda ocorra uma concentração econômica no sudeste, é nítido o processo de desconcentração demográfica e econômica ou o que se costuma chamar desconcentração concentrada. Entretanto, esse não é um processo que ocorre em todas as cidades, mas em direção a algumas, inclusive cidades médias que, de alguma maneira, se destacam e que servem de elo de ligação entre os espaços urbano e regional, o que lhes confere papel de núcleos estratégicos da rede urbana brasileira. Elas não só congregam as vantagens do “estar aglomerado”, mas também servem de articulação a um espaço regional mais amplo.

Caminhando nessa direção é que encontramos Juiz de Fora: cidade média, pólo econômico regional e grande concentradora demográfica da zona da mata mineira. Cidade que já teve um passado áureo, mas que, durante muito tempo, vivenciou a perda de importância no cenário nacional, mas significando ainda uma possibilidade de melhoria de vida para a população circunvizinha que para ela imigra.

Entretanto, esse processo de retomada de crescimento econômico, se reflete espacialmente de modo seletivo e diferenciado, fragmentando o tecido urbano local e favorecendo o aumento das desigualdades econômicas e sociais, já que somente uma parcela da sociedade local irá se beneficiar dessas “transformações”, apesar de o discurso tentar provar o contrário. Essa busca por maior dinamismo econômico é marcada por projetos de expansão e diversificação industrial, comercial, de serviços e do imobiliário, este último um setor que oferece altas possibilidades de lucratividade em períodos de crescimento econômico e menores riscos em épocas de crise. Aliado a isso temos os novos padrões de consumo, inclusive habitacionais, que perpassam necessariamente pelos novos tipos de loteamentos fechados, com todo o discurso que os sustenta: seja a problemática do verde ou da violência, e que são voltados àqueles que por eles realmente podem pagar. Já os que querem, mas não podem, engrossam os grupos dos que cada vez mais necessitam

da atuação do Estado e da implementação dos bens de consumo coletivos, mas que ficam à parte desse processo de “transformação e modernização”.

Os novos loteamentos fechados que emergem, visam trazer à tona “novas” paisagens urbanas, que se vinculam à imagem do moderno, da distinção social e de afastamento dos típicos problemas urbanos como pobreza, carência de transportes e saneamento básico, violência, congestionamentos, poluição etc., o que vem a reafirmar que a compreensão dos diferentes modos de uso do solo a partir da produção de relações capitalistas e também das novas formas de disseminação de tecnologias e mercadorias, é determinante na análise das especificidades das formas de ocupação de determinados lugares da cidade e das relações sociais que ali se estabelecem, contribuindo para a diferenciação socioespacial.

Consideramos importante retomar uma série de fatores que acreditamos, quando devidamente articulados, ter favorecido, a longo prazo, à perda de dinamismo econômico não só da cidade, mas de toda sua hinterlândia. Primeiramente o fato de que, apesar dos esforços de políticos locais de transformarem Juiz de Fora na capital do Estado de Minas Gerais, foi criada a nova capital, Belo Horizonte, que passou a receber novos e maiores investimentos. Aliado a isso, tivemos tanto a transferência da capital nacional - Rio de Janeiro - situada também na região Sudeste e próxima a Juiz de Fora - para Brasília, quanto a migração dos novos investimentos do governo, voltados para as indústrias de bens de capital e bens de consumo duráveis, sob a liderança e hegemonia da região metropolitana de São Paulo. Acrescenta-se ainda, para concluir, o fato de ser uma região tradicionalmente agrária que não se modernizou e cuja população continuou emigrando, enquanto uma pecuária leiteira do tipo extensiva passou a ocupar as terras antes destinadas ao café. Enfim, uma economia local e regional que se caracterizou, por muito tempo, pelo seu baixo dinamismo, com ausência de grandes inovações e pouco competitiva.

Segundo Menezes (2004, p. 6):

Do ponto de vista das mudanças estruturais, Juiz de Fora subsistiu e ampliou o setor industrial, enquanto a base industrial era a de substituição de importação, sendo a indústria têxtil e alimentar as de maiores expressões na cidade. No entanto, quando a base industrial nacional muda para nos anos 50 privilegiar o setor de bens de capital e bens de consumo durável, uma outra geografia regional tinha-se delineado na Zona da Mata Mineira e a cidade de Juiz de Fora estabelece novas relações do centro com sua região.

Já recentemente, a tentativa de retomada do crescimento econômico tem como alicerce: a inserção da cidade numa economia mundializada, utilizando-se, para isso, de

mecanismos como *city marketing*, políticas de planejamento e ordenação da expansão de sua periferia urbana; criação de um plano diretor e de um plano de desenvolvimento estratégico, este último assessorado pelo Programa Centro Ibero-americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano (CIDEU), pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional (AECI), apoiado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e ações do poder público municipal, juntamente com parcerias público-privadas.

Nas palavras de Arantes (2002, p. 8), “a cidade é uma mercadoria e como tal está à venda num mercado em que outras cidades igualmente são vendidas. É o “*city-marketing*”. É a produção global do espaço. Para se poder potencializar a venda desse espaço, são necessárias inúmeras transformações materiais e de representações, produzindo novas imagens a serem utilizadas de forma mercadológica. Assim, busca-se inserir a cidade em um nó da rede de cidades nacional e, às vezes, internacional, tornando-a atraente ao capital, inclusive imobiliário. Dessa forma, podemos dizer que é o próprio conjunto da cidade e de seu governo que está sendo redefinido.

Além disso, novos investimentos que incrementam o setor imobiliário e da construção civil são criados, favorecendo a valorização de certos espaços, principalmente aqueles voltados às camadas de maior renda. Há uma busca por maior diversificação e especialização do setor terciário, com instalação de novos equipamentos urbanos, prestação de serviços mais especializados e com maior qualidade, além da implementação de uma logística que visa sustentar as atuais demandas regionais por negócios e aumentar a capacidade de consumo de sua população, gerando, conseqüentemente, maiores oportunidades e emprego.

Assim, é claramente perceptível, no capitalismo e nas relações de produção que o sustentam, a necessidade de adaptação técnica do território, renovação e ampliação de infra-estruturas, principalmente aquelas relacionadas à mobilidade e às telecomunicações, com construção de novos equipamentos seletivos, direcionados aos negócios, ao turismo e lazer, à ampliação do consumo e principalmente aos novos padrões de habitação. É a cidade-mercadoria expandindo suas fronteiras.

Esse processo pode ser compreendido como uma “dinâmica imposta pelas novas lógicas de comportamento espacial das empresas” (SPOSITO, 1999, p. 89). Assim, podemos constatar certo deslocamento de unidades produtivas, bem como a viabilização de novos investimentos comerciais e de serviços em direção a cidades pequenas e médias, desde que suas necessidades como redes de comunicação, circulação, mão-de-obra, entre outras, sejam atendidas. Acrescenta-se, ainda, a competição entre as empresas e lugares, inerentes à dinâmica da mundialização, que provoca uma verdadeira corrida pela diminuição dos custos produtivos e aumento do setor terciário, o que é estimulado pelos benefícios oferecidos pelos governos.

Esse quadro pode ser ilustrado pela chegada de algumas empresas, inclusive transnacionais, como a montadora de automóvel Mercedes-Benz e a francesa Onduline, produtora de telhas, cujos novos investidores alegam apresentar a cidade um promissor mercado consumidor e uma localização privilegiada. A essa afirmação devemos aliar a competição entre empresas e lugares que provoca uma verdadeira corrida pela diminuição dos custos produtivos, o que é estimulado pelos benefícios oferecidos pelos governos. Para Santos (1996, p. 214):

Na batalha para permanecer atrativos, os lugares se utilizam de recursos materiais (como as estruturas e os equipamentos), imateriais (como os serviços) buscando realçar suas virtudes por meio dos seus símbolos herdados ou recentemente elaborados, de modo a utilizar a imagem do lugar como ímã.

De modo ilustrativo, podemos recuperar o fato de, recentemente, o governador de Minas Gerais Aécio Neves ter assinado o decreto que prevê a adoção de medidas para proteção da economia em face da concorrência de outros estados, especialmente em relação à Zona da Mata Mineira, via incentivos fiscais em relação ao ICMS. Tal fato “marcou a entrada do estado na guerra fiscal”. Trata-se de uma reação à lei estadual 4.533/2005 do Rio de Janeiro e conhecida como Lei Rosinha, editada pela ex-governadora Rosinha Matheus, que reduziu o imposto de 19% para 2%, por 25 anos, para as empresas que se instalassem em determinados municípios fluminenses, como Três Rios, por exemplo, próximo à Juiz de Fora/MG.

Talvez, por essa “contrapartida”, nos últimos meses outras empresas confirmaram novas instalações na cidade: a Açotel Ferro e Aço, que projeta investimentos de R\$ 20 milhões em sua nova unidade de fabricação de telhas metálicas, a Codeme, que propõe investir cerca de R\$ 60 milhões para a unidade de estruturas metálicas, devendo iniciar os trabalhos de terraplanagem a partir do próximo mês, em terreno localizado do Distrito Industrial, próximo à Onduline. Já a empresa Mercedes-Benz divulgou que planeja iniciar a montagem de caminhões na cidade, alegando incremento de pelo menos 3.500 novos postos de trabalho se levados em conta todos os empreendimentos em sua fase inicial. Os investimentos da Ferrous Resources Brasil, projeto mais aguardado, com possibilidade de criação de até 4.500 empregos, a partir da fabricação de aços longos a fim de atender a demanda doméstica, em vez de placas, ainda aguarda definição.

Além desses investimentos, percebemos grande dinamismo do setor imobiliário e da construção civil, com projetos como: construção do Independência Trade Tower, que prevê duas torres contemplando hotel e escritório, anexos ao Independência Shopping e cuja propaganda os intitula “edifícios inteligentes”, o projeto do Condomínio Alphaville, que

ainda aguarda licenciamento ambiental, bem como novos loteamentos fechados. Cabe aqui ressaltar que operações imobiliárias consistem em interessantes oportunidades de “captura de investimentos externos e internos, já que a significativa valorização que lhe é decorrente exerce forte atração sobre grandes empresas incorporadoras e capitais especulativos”. (COMPANS, 1999, p.110)

Segundo Pereira e Lemos (2003) uma das direções do processo de desconcentração da atividade industrial brasileira foram as cidades médias, especialmente do Sul e Sudeste, que se tornaram localidades potenciais de absorção de empreendimentos, pois possuem em geral algum tipo de economia de aglomeração ao mesmo tempo que não incorrem em deseconomias de aglomeração, típicas das grandes metrópoles..

Os exemplos acima citados comprovam algumas disputas travadas nas diferentes instâncias do poder e novos investimentos que, aparentemente, objetivam maior dinamismo econômico e financeiro. Daí a tentativa da cidade, ancorada em seus diversos segmentos, de retomar o seu crescimento econômico, buscando inserir a cidade numa economia mundializada, utilizando-se, para isso, de mecanismos como *city marketing* e de um plano de desenvolvimento estratégico. Para Compans (1999, p. 109), esse “novo modelo” pretende ser “indutor de um processo de desenvolvimento econômico, ao invés de ser determinado por ele”, como ocorria anteriormente.

Além disso, há busca de novos investimentos com maior diversificação e especialização, com instalação de novos equipamentos urbanos, prestação de serviços mais especializados e com maior qualidade, além da implementação de uma logística que visa sustentar as atuais demandas regionais por negócios e aumentar a capacidade de consumo de sua população, gerando, conseqüentemente, maiores oportunidades e emprego.

Os sistemas de cidades constituem uma espécie de geometria variável, levando em conta a maneira como diferentes aglomerações participam do jogo entre o local e o global. É dessa forma que as cidades pequenas e médias acabam beneficiadas ou, ao contrário, são feridas ou mortas em virtude da resistência desigual dos seus produtos e de suas empresas face ao movimento da globalização. (Santos; Silveira, 2001: 281)

Entretanto, podemos afirmar que a busca por maior centralidade na rede urbana não é um processo que envolve todas as cidades, mas apenas algumas que, de alguma maneira, se destacam e que servem de elo de ligação entre os espaços urbano e regional, conferindo-lhes papel de núcleos estratégicos da rede urbana brasileira. Elas não só

congregam as vantagens do “estar aglomerado”, mas também servem de articulação a um espaço regional mais amplo. Isso pode ser reforçado inclusive no aspecto demográfico, quando verificamos o grande contingente populacional da microrregião de Juiz de Fora, fortemente concentrado na cidade principal.

Nesse ambiente, incrementar a fluidez é tarefa do Estado e de empresas: concessões para grandes infra-estruturas técnicas; empreendimentos empresariais e mercantis que viabilizam a circulação de dados e informações, orientações, ordens e decisões. Impõe-se a redução do tempo de circulação do capital.

Assim, formas de ocupação do espaço vão sendo afetadas como resultado das novas modalidades de produção econômica que aí se desenvolvem. Isso produz uma aparente desorganização do espaço. Aparente porque o que está em curso é uma mudança que exige a visão do problema por uma nova ótica, imposta pelo avanço do capital industrial nessas áreas. Aí também o “Estado é compelido a agir através de seus técnicos e planejadores para produzir as condições necessárias à manutenção da harmonia social e instauração de uma outra ordem” (ESTRADA, 1983).

“criam-se objetos e lugares destinados a favorecer a fluidez: oleodutos, gasodutos, canais, autopistas, aeroportos, teleportos... Não basta, pois, produzir. É indispensável por a produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que preside à circulação, mas é esta que conforma a produção”. (SANTOS, 2008).

Contrapondo-se a alguns autores como Paul Virilio (1993), Castells (1999) e Bauman (2001), Dias (2005) argumenta que “a localização geográfica torna-se portadora de um valor estratégico ainda mais seletivo. As vantagens locais são fortalecidas e os lugares passam a ser cada vez mais diferenciados pelo seu conteúdo — recursos naturais, mão-de-obra, redes de transporte, energia ou telecomunicações” (DIAS, 2002, p.1). Um possível esvaziamento do espaço e a conseqüente transformação em algo fantasmagórico é apenas a superfície que tenta ocultar um conteúdo profundamente denso, carregado de objetos como estações de alta energia, antenas de televisão, terminais eletrônicos, torres de transmissão e outros, configurando o que o Milton Santos denominou meio técnico - científico - informacional. (SANTOS, 1996).

Nesse ambiente, incrementar a fluidez é tarefa do Estado e de empresas: concessões para grandes infra-estruturas técnicas; empreendimentos empresariais e mercantis que viabilizam a circulação de dados e informações, orientações, ordens e decisões. Impõe-se a redução do tempo de circulação do capital, daí a “criação” de objetos e lugares destinados a favorecer a fluidez... “Não basta, pois, produzir. É indispensável por a

produção em movimento. Em verdade, não é mais a produção que preside à circulação, mas é esta que conforma a produção” (SANTOS, 2008, p.275).

Para Becker (1991), a reestruturação do sistema capitalista mundial, com crescente internacionalização da economia e revolução técnico-científica, estabelece uma nova dialética entre os espaços de fluxos, com superação de estados e fronteiras e o espaço dos lugares, do vivido (CASTELLS, 1985). É claramente perceptível, no capitalismo e nas relações de produção que o sustenta, a necessidade de adaptação técnica do território, renovação e ampliação de infra-estruturas, principalmente aquelas relacionadas à mobilidade e às telecomunicações, com construção de novos equipamentos seletivos, direcionados aos negócios, ao mercado imobiliário, ao turismo e lazer.

Por outro lado, o estudo de Pereira e Lemos (2003) demonstra que cidades industrialmente consolidadas como Juiz de Fora/MG parecem correr sério risco de estagnação econômica, com evidentes transbordamentos negativos para seus entornos regionais. Mesmo sendo polarizadas pelos dois macropólos nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro, essa cidade média brasileira não possui forte dinamismo industrial, apresenta frágil base agropecuária e é competidora direta na atração de investimentos das “cidades-pólo poligonais” (DINIZ, 1993; DINIZ e CROCCO, 1996) que são locacionalmente melhor posicionadas e possuem um entorno de cidades menores que se beneficiam dos ganhos de complementaridade produtiva intra-regional.

Por sua vez, possuem a vantagem de “menor incidência da pobreza urbana”, o que possibilita uma reprodução urbana sem dinamismo, porém mais equilibrada, ou seja, a relativa desarticulação que se encontra do eixo principal do desenvolvimento regional do país possibilita, paradoxalmente, que a reprodução do círculo vicioso das mazelas da experiência de crescimento urbano das metrópoles brasileiras seja atenuada. Esse relativo equilíbrio urbano possibilitaria ser explorado como vantagens comparativas para a atração de investimentos em atividades específicas, orientadas para localidades que possam ofertar boas condições de vida, como pouca violência, amenidades urbanas, elevado nível educacional, força de trabalho qualificada. Esse poderia ser o foco das políticas públicas, inclusive para o entorno regional de cidades menores.

Nesse sentido, Compans (1999) afirma não ser possível pensar no desenvolvimento dos serviços avançados sem a obrigatória articulação destes com a produção material de bens, imaginando que os primeiros possam florescer nas cidades sem uma profunda interação com o tecido econômico produtivo regional e nacional. Remetendo-se a Sassen, afirma que a concentração de serviços nas grandes cidades foi possível graças ao desenvolvimento da economia regional e nacional.

Por meio dessas reflexões torna-se interessante examinar a lógica que vem norteando os processos de expansão territorial da cidade e de dotação material de infra -

estrutura, ou seja, o fundamento dos projetos modernizadores presentes nos programas de ação pública e privada da cidade. Nesse processo, a produção material do espaço urbano aparece não apenas como consequência, mas também como condição essencial para a concretude desses projetos: mais do que suporte, o urbano surge como importante componente do processo de acumulação.

Assim, pensamos ser pertinente questionar quais serão, efetivamente, os impactos desses vários investimentos no município de Juiz de Fora? Serão esses investimentos suficientes para alavancar a economia regional? Diante da atual *fluides* dos investimentos, conseguirá o município se manter nessa “guerra”? E quais serão os impactos dessa (re) estruturação socioespacial não só no plano urbano, mas também no intra-regional, dada as desigualdades cada vez mais visíveis entre os municípios da Zona da Mata?

### **Para não concluir:**

Assim, conforme tivemos a oportunidade de perceber, Juiz de Fora está buscando resgatar a sua importância no cenário nacional, driblando, por assim dizer, os reveses político-econômicos dos últimos tempos. Para tanto, procura se firmar como cidade pólo da Zona da Mata Mineira, região esta composta por muitas cidades que têm vivenciado a estagnação e decadência econômica, mas que por sua vez traz consigo novos desafios a serem enfrentados. Para tanto, devemos estar atentos ainda para as novas dinâmicas socioespaciais a serem desencadeadas pelas distintas formas urbanas geradas nesse contexto socioeconômico, que, indubitavelmente, terão repercussões na organização espacial como um todo. Retomando Preteceille (1994), devemos ser bastante cautelosos em nossas análises, buscando diferenciar o que é explicável pela globalização, reestruturação econômica e o que o é por outros fatores econômicos, sociais, históricos ou políticos nacionais e/ ou regionais. Pensamos ser esse um grande desafio que nos cabe.

### **Referências Bibliográficas:**

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

BECKER, B. Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva. *Espaço e Debates*. Ano XI, v. 32. São Paulo: NERU, 1991, p. 47-56.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2004.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

COMPANS, R. O paradigma das global cities nas estratégias de desenvolvimento local. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais*, 1,1, p. 91-114.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

DIAS, L.C. Redes e territórios: traduções do debate contemporâneo. In: DIAS, Leila Christina, SILVEIRA, Rogério Leandro da (Org.) *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

DINIZ, C. C., CROCCO, M. A. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 77-104, jul. 1996.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 35-64, set. 1993.

ESTRADA, Maria Lúcia. **Produção do espaço e expansão industrial**. São Paulo: Loyola, 1983.

HARVEY, D. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debates*, n. 39, ano XVI. São Paulo, NERU, 1996, p. 48-64.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

MENEZES, Maria Lúcia Pires. Aeroporto regional e business park: logística e negócios na geografia urbano regional de Juiz de Fora, Brasil. In: *VI Coloquio Internacional de Geográfica: el impacto social y espacial de las nuevas tecnologías de la información y la comunicacion*. Barcelona, 2004.

MOTTA, Diana M.; AJARA, C. *Rede urbana brasileira: hierarquia das cidades*. Curso de Gestão Urbana e de Cidades. EG/FJP,WBI, PBH, ESAF, IPEA, 1999.

PEREIRA, F.M; LEMOS, M.B. Cidades Médias Brasileiras: Características e Dinâmicas Urbano Industriais. *Revista Pesquisa e Planejamento*, v. 33, n.1. abril. 2003.

PRETECEILLE, E. Cidades globais e segmentação social. In: RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JR. (org.) *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, p. 65-89.

SANTOS, M. SILVEIRA, M.L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOJA, E. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, Amélia Luisa et al. *O espaço no fim de século*. São Paulo: Contexto, 1999.